

# Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres

De Erik S. Reinert

Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Centro Celso Furtado, 2016.

A edição em português organizada pelo Centro Internacional Celso Furtado e a Contraponto do livro de Erik S. Reinert – *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres* – vem em hora oportuna. O livro coloca e discute as questões cruciais sobre o desenvolvimento e de como a vida de milhões de pessoas são afetadas pelas diferentes formas de alcançá-lo ou não. Em retrospectiva que abrange “desde a época da Itália Renascentista ao Extremo Oriente moderno”, Reinert mostra como os países ricos adotaram todo um conjunto de políticas – com várias combinações de intervenção do governo, protecionismo e investimento estratégico – para impulsionar o desenvolvimento. Resgatar e revitalizar conhecimentos antigos, mas cruciais, num contexto contemporâneo e de uma forma eficaz e estimulante é um dos principais objetivos da obra.

O livro fornece inúmeros exemplos de como o sucesso e a riqueza foram alcançados, com casos em que o oposto foi infligido a muitos países que continuam pobres, verificando-se em muitos deles o retrocesso e até a “primitivização”. Isto devido à adoção de políticas que, além de impedirem o desenvolvimento, de fato levaram à devastação das atividades produtivas existentes. Os casos da Mongólia, Ruanda e Peru são citados como exemplos de como a “exposição a forças econômicas externas” ao invés de estimular a diversificação, a inovação e a mudança técnica podem destruir capacidades.

---

1. Pesquisadora e professora associada à RedeSist, IE/UFRJ.

Em linha convergente com Amsden, Wade, Hirschman, Freeman, Perez, Evans, Chang e na América Latina, Prebisch, Furtado, Tavares, Herrera, Ferrer, Cano, Coutinho, Belluzzo, Erber, Fiori, entre tantos outros, Reinert reitera que as economias desenvolvidas tiveram sua base no protecionismo e no ativismo do Estado. Sublinhando que, historicamente, a transformação produtiva tem resultado de políticas públicas que visam: manter a estabilidade macroeconômica, fornecer infraestruturas e serviços públicos, orientar políticas industriais seletivas e estimular as empresas a inovar e a crescer. Porém, adiciona que, quando os líderes e os representantes desses países desenvolvidos “aconselham” os países pobres sobre como desenvolver-se, o fazem com “quase perfeita ignorância da história real”. Nessa linha, o autor elabora e discute seu principal argumento: “as nações ricas mantêm pobres os países pobres, com base em teorias que postulam a inexistência dos fatores que criaram sua própria riqueza” e na sequência aponta as sistemáticas tentativas de suprimir esse entendimento colocado como lógico e fundamental.

Assinalando que são bem conhecidas as suposições simplificadoras que tornam as “teorias econômicas dos livros-texto” mais distantes e, portanto, ainda menos relevantes para o mundo real, Reinert pontua as mais fundamentais: aquelas que eliminam a diversidade e as diferenças, igualando todos os seres humanos, instituições, atividades e agentes econômicos, assim como as nações. O autor ilustra com o conceito de “firma representativa”, o qual equipara as empresas gigantes que operam nas partes mais desenvolvidas do mundo com “um jovem de 12 anos de idade que trabalha por conta própria em uma favela de Lima”. Esses e outros pressupostos, como o de “informação perfeita”, são igualmente criticados pela supressão teórica do tempo (história) e do espaço (geografia).

Seu principal foco de críticas são as políticas de “livre” comércio e “livre” mercado. O autor mostra como as políticas e as diretrizes com tal orientação, quando aplicadas em ocasiões e contextos específicos, acabaram por aprofundar exclusões, distorções e dependências. Daí sua insistência em repetir que: “quanto mais pobre o país, tanto menos os ventos do *laissez-faire* sopram na direção certa”.

O livro fornece uma crítica abrangente das políticas do “Consenso de Washington e seus descendentes ligeiramente modificados”, além de páginas de evidências sobre como as políticas econômicas ortodoxas ignoraram os contextos e sua história e, portanto, não contribuíram para que os países se desenvolvessem. Reinert mostra como

os salários reais no Peru atingiram o pico “quando o país fez tudo ‘errado’ de acordo com as Instituições de Washington, como o NAFTA, que destruiu a indústria do México”. Assim como discute como a China e a Índia se desenvolvem, ignorando completamente a política do FMI. Em resumo, são demolidos os principais refrões “rotineiramente recitados aos formuladores de políticas dos países em desenvolvimento: como obter os preços corretos, os direitos de propriedade corretos, as instituições certas, a governança correta, a competitividade certa”, etc.

Reinert sustenta que os argumentos a favor da globalização – especialmente os de economias de escala, mudanças técnicas e sinergias – são também os argumentos contra a globalização. E critica como “economia paliativa” os Objetivos do Milênio, que visam aliviar a pobreza ao invés de “realizar as mudanças estruturais fundamentais que resultam em verdadeiro desenvolvimento econômico”. Acrescenta que as atuais políticas paliativas correm o risco de “minar o potencial de desenvolvimento das ajudas sociais”, além de levar à criação e reforço do “colonialismo de bem-estar social”. Esse, por meio de uma “governança à distância”, exerce “formas de controle social neocolonialista”, sutil e “geradora de dependência que se apropria da autonomia local por meio de políticas bem intencionadas, mas em última instância moralmente equivocadas”.

Portanto, o livro enfrenta muito bem o desafio de suscitar controvérsias. Não apenas pelas sólidas críticas às teorias abstratas, que ignoram história e geografia, mas também pelo descarte do receituário dos Objetivos do Milênio e, ainda, por referenciar conhecidos economistas – conselheiros econômicos de diversos governos da América Latina, do Leste Europeu, da extinta União Soviética, da Ásia e da África – por vezes como Átila, o rei dos hunos, símbolo da crueldade e da vilania; por outras como Marie Antoinette (“deixe-os comer brioche”), por sugerir a um país, onde apenas 4% das pessoas fora da capital têm acesso à eletricidade, que se especializasse no desenvolvimento de *software*.

Mais do que causar destruições e perdas de importantes capacidades, o autor reitera que os países ricos têm sistematicamente proibido a adoção por parte dos demais de todos os métodos que usaram para enriquecer. Aponta para as restrições das “condicionalidades” impostas pelos organismos internacionais de financiamento e reafirma sua conclusão: “para receber o apoio, os países pobres devem se abster de usar as políticas que os países ricos usaram e ainda usam”. Acrescenta que, como de praxe,

essa e outras deficiências do projeto liberal conduzem seus defensores à inevitável conclusão de que é preciso aprofundar esse mesmo projeto. Conclui que “a incapacidade de realizar-se é, ao mesmo tempo, uma fraqueza do modelo, no plano da realidade, e uma fonte do seu vigor, no plano da ideologia”.

Clamando que “o mundo é governado pelos mais toscos modelos econômicos” e que a ausência de contexto na doutrina econômica dominante é um defeito fatal, que impede qualquer grau de compreensão qualitativa, Reinert reafirma que um problema central é que essa forma (tosca) de teorização substituiu e levou ao esquecimento uma tradição muito mais rica de pensamento social, político e econômico. Essa tradição teórica, que o autor visa resgatar, é apontada como “fundamentada numa compreensão da história e não na matemática: O Outro Cânone”.

À edição brasileira do livro, adicionam-se dois brindes sob a forma de prefácio e de posfácio. O último focaliza os efeitos da crise internacional de 2008 em seu quádruplo desafio: financeiro, energético, ambiental e social. Após examinar como diversas partes do mundo foram impactadas e reagiram, Reinert compara a segunda década do século XXI com os anos da Grande Depressão e afirma que o caminho que temos pela frente não está mais claro do que naquela época. Retoma os alertas de Keynes em 1933, sobre os efeitos danosos do “calculismo financeiro autodestrutivo” e também os argumentos em prol da “desglobalização”. Reitera que, sempre que razoável e possível, os bens devem ser produzidos “em casa” e as “finanças devem ser primordialmente nacionais”. Reinert finaliza sua contribuição propondo a realização de processos de “desglobalização seletiva” e reafirmando que “o livre comércio criou uma pobreza intolerável na periferia mundial”, além de ter iniciado um “declínio econômico bem no cerne do capitalismo”.

Essas são algumas das razões por que o livro de Reinert tem sido apontado, no mundo inteiro e por diversos analistas, como a melhor fonte de informação e de conselhos aos países menos desenvolvidos e a todos aqueles que desejam trilhar os caminhos do desenvolvimento. Desejo uma boa leitura e excelentes reflexões.